

# SEM VIAS ALTERNATIVAS NÃO PAGAMOS PORTAGENS, NEM COM DESCONTOS!

11-Jul-2010

OpiniÃo

Texto de Carlos Vieira e Castro

A votaÃo, na passada sexta-feira, da apreciaÃo parlamentar do decreto-lei que cria as portagens, pedida pelo PCP e pelo BE, mostrou que PS e PSD estÃo a tocar a quatro mÃos, num piano desafinado, com o apoio do CDS, orgulhosamente sentado ao seu lado a virar-lhes as pautas rasuradas. De facto, com as abstenÃes do PSD e do CDS, bastou os votos contra do PS para derrotar a pretensÃo dos partidos da esquerda, que sÃo os Ãnicos a defender as justas reivindicaÃes das populaÃes que estÃo contra o pagamento de portagens nas SCUTs que nÃo tÃm vias alternativas, como o caso da A25 e da A24 que servem a nossa regiÃo.

Passos e SÃcrates, farinha do mesmo saco, escoram-se mutuamente. Passos dÃ uma mÃozinha ao governo para que nÃo caia cedo de mais (jÃ que a crise veio para ficar) e tenha que ser o PSD a fazer o papel de mau da fita, e SÃcrates retribui deixando que o lÃ-der laranja pareÃa o vice-primeiro ministro.

Mas, o PSD fica muito mal no retrato. O governo, depois da trapalhada das isenÃes em 46 concelhos, cedeu s propostas do PSD, que acordou com o PS negociaÃes no sentido de cobrar portagens em todas as SCUTs, limitando-se a isentar as populaÃes e empresas locais nas primeiras dez passagens e a fazer descontos de 15 por cento a partir daÃ-, mas apenas atÃ 1 de Julho de 2012, e sÃ nos concelhos que fiquem a menos de 20 km das auto-estradas. A partir de 2012, os descontos sÃ sÃo aplicados nos concelhos com um PIB de 80%, no mÃximo, da mÃdia nacional.

Trata-se de um verdadeiro imposto encapotado. DaÃ- que jÃ haja autarcas e deputados de ambos os partidos do bloco central a distanciarem-se das respectivas direcÃes partidÃrias.

A Assembleia Municipal de Vila Real aprovou uma moÃÃo contra o pagamento de portagens na A24, com votos de todos os partidos, PS, PSD, CDS, BE e CDU, e 20 votos contra, incluindo o do presidente da AM, Pedro Passos Coelho, que se justificou por ser contra as isenÃes para residentes, sÃ admitindo o "pagamento diferenciado", ou seja, com descontos.

TambÃm os dirigentes locais do PSD, de Almeida Henriques a Fernando Ruas, dizem que todos devem pagar portagens, defendendo antes uma "discriminaÃo positiva" para as populaÃes e empresas locais nas SCUTs cujos traÃados, como o caso da A25 e da A24, se sobrepuseram aos IPs. Note-se que a A25 Ã a SCUT que tem mais quilÃmetros sobrepostos Ã via que substituiu, o IP5.

Agora, porÃm, ficamos todos a saber que a "discriminaÃo positiva" defendida pelo PSD quer dizer descontos. Mas, com descontos ou sem descontos, o resultado Ã tudo menos positivo. AlÃm de negativo Ã discriminatÃrio. Porque, ao privarem as populaÃes do seu direito Ã livre mobilidade, estÃo a condenar a regiÃo ao subdesenvolvimento. As portagens, ainda que com descontos, serÃo sempre um desincentivo Ã circulaÃo de pessoas e mercadorias pelas regiÃes mais desertificadas do interior. A economia da regiÃo irÃ ressentir-se, nÃo sÃ pelo aumento dos preÃos dos transportes, como dos custos de produÃo, que irÃo onerar os preÃos ao consumidor.

O PSD utilizou um truque, uma manobra de

prestidigitado, ao adaptar o princípio do "poluidor-pagador", aplicável a quem comete um crime contra o ambiente, ao que chamou "o princípio do utilizador-pagador". Este "princípio" deriva da ideologia neoliberal que levou o mundo à actual crise financeira e social e mais não pretende do que acabar com o Estado Social, ou seja, com a universalidade dos serviços sociais, garantidos a todos os cidadãos pelo dinheiro dos impostos. A justiça social começa por aí, pela cobrança de impostos de acordo com a riqueza de cada um. Mas, o que os neoliberais querem é que continue a fuga aos impostos (por isso não querem acabar com os "off-shore") e que só quem utilize os serviços públicos (hospitais, escolas, lares de idosos) que pague esses serviços. O resultado seria a descapitalização dos serviços públicos, já que os ricos seriam, na sua maioria, tratados nos hospitais privados e mandariam os filhos estudar nas escolas privadas (embora, por vezes, prefiram a superior qualidade das públicas). O truque passa pela transposição da criminalização do poluidor para o utilizador. Mas o único crime, aqui, é cobrar dinheiro pelo direito à livre circulação dos cidadãos.

Â Â Â Não pagamos! Sem vias alternativas, não pagamos!